

UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE AMAMBAI

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA

Amambai MS
2018

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">- Reformulado pela Deliberação CE-CEPE N° 280, de 6 de dezembro de 2017.- Homologado pela Resolução CEPE N° 1.985, de 20 de junho de 2018. |
|---|

SUMÁRIO

Nº	Item	Pagina
1.	COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	03
2.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	03
3.	LEGISLAÇÕES VIGENTES	03
4.	INTRODUÇÃO	05
5.	CONCEPÇÃO DO CURSO	08
6.	OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	09
7.	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	10
8.	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	11
9.	SISTEMAS DE AVALIAÇÃO	11
9.1	AVALIAÇÃO DO CURSO / PROJETO PEDAGÓGICO	12
10	RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	13
11.	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (OBRIGATÓRIO)	14
12.	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (NÃO OBRIGATÓRIO)	15
13.	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	15
14.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	16
15	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	16
15.1	Núcleo de Formação Geral	17
15.2.	Núcleo de Formação Específica	17
15.3	Núcleo de Formação Pedagógica	17
15.4	Núcleo de Conteúdos de Formação Complementar	18
15.5	Prática como Componente Curricular - PCC	18
16.	ORGANIZAÇÃO / MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA	22
17.	TABELA DE EQUIVALÊNCIA	25
18.	PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO	25
19.	EMENTÁRIO, OBJETIVOS E BIBLIOGRAFIAS	26

1.COMISSÕES DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Comissão Docente Estruturante do curso de Licenciatura em História foi instituída pela Portaria PROE/UEMS nº 004 de 07 de abril de 2017 publicada no Diário Oficial nº. 9.389 de 12.12.2017

Rodrigo Bianchini Gracco
Sirley Lizott Tedeschi
Suzana Arakaki
Tânia Regina Zimmermann
Viviane Scalon Fachin

2.IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

- 2.1- Curso: Curso de História
- 2.2- Modalidade: Licenciatura
- 2.3- Referência: Reformulação do Projeto Pedagógico, com vistas à adequação à legislação vigente
- 2.4- Habilitação: Licenciado em História
- 2.5- Turno de Funcionamento: Noturno, de segunda-feira á sábado.
- 2.6- Local de Oferta: Unidade Universitária de Amambai
- 2.7- Número de Vagas: 40
- 2.8- Regime de Oferta: Presencial
- 2.9- Forma de Organização: Seriado: Anual
- 2.10- Período de Integralização: mínimo 04 anos e máximo 07 anos
- 2.11-Total da Carga Horária: 3.248 horas
- 2.12-Tipo de Ingresso: Processo Seletivo vigente da UEMS

3.LEGISLAÇÕES VIGENTES

3.1. Criação, Credenciamento, Estatuto, Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMS

Legislação Geral

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

Criação, Credenciamento, Estatuto, Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMS

a) Decreto Estadual nº. 7.585, de 22 de dezembro de 1993. Institui sob a forma de fundação, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

b) Deliberação nº. 4.787, de 20 de agosto de 1997. Concede o credenciamento, por cinco anos, à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

c) Deliberação CEE/MS nº 9943, de 12 de dezembro de 2012. Recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados, MS, pelo prazo de seis anos, de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018.

d) Decreto nº. 9.337, de 14 de janeiro de 1999. Aprova o Estatuto da Fundação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

e) Resolução COUNI-UEMS nº. 227 de 29 de novembro de 2002. Edita o Regimento Geral da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

f) Resolução COUNI-UEMS Nº 438, de 11 de junho de 2014. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, para o período de 2014 a 2018.

Legislação Federal sobre os cursos de Graduação, Licenciatura

a) Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro 2005. Regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que inclui LIBRAS como Disciplina Curricular.

b) Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Estágio de estudantes e dá outras providências.

c) Portaria MEC nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Revoga a Portaria MEC 4.059, de 10 de dezembro de 2004 e estabelece nova redação para o tema.

d) Parecer CNE/CP nº. 003, de 10 de março de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

e) Resolução CNE/CP Nº. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

f) Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

g) Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação ambiental.

h) Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012 – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

i) Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

j) Parecer CNE/CES nº. 492, de 03 de abril de 2001. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

k) Parecer CNE/CES nº. 1363, de 12 de dezembro de 2001. Retifica o Parecer CNE/CES 492/2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

l) Resolução CNE Nº 2, de 1º de julho de 2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Atos legais inerentes aos Cursos de Graduação da UEMS

a) Parecer CNE/CES nº. 067, de 11 de março de 2003. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os Cursos de Graduação.

- b) Parecer CES/CNE nº. 261/2006, 9 de novembro de 2006. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.
- c) Resolução nº. 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.
- d) Resolução CEPE-UEMS nº 455, de 06 de outubro de 2004. Homologa a Deliberação CE-CEPE-UEMS nº 057, de 20 de abril de 2004, que aprova as normas para utilização de laboratórios na UEMS.
- e) Resolução CEPE-UEMS nº. 1.238, de 24 de outubro de 2012. Aprova o Regulamento do Comitê Docente Estruturante para os cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- f) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 268, de 29 de novembro de 2016, aprova normas para elaboração, adequação e reformulação de projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- g) Resolução CEPE-UEMS Nº 1.864, de 21 de junho de 2017. Homologa, com alteração, a Deliberação nº 267, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 29 de novembro de 2016, que aprova o Regimento Interno dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

4. INTRODUÇÃO

Ao longo da história sabe-se que Universidade é o espaço de excelência para o ensino e a produção de conhecimento por meio da reflexão e da pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, entre essas áreas se destaca a História, que num sentido amplo, tem como objeto de estudo as relações e construções humanas no tempo, as quais se constituem ponto central de referência para a investigação na área.

As alterações propostas para o PP partem da premissa de que as investigações no campo da História têm elegido como pontos essenciais para aprofundamento teórico, na pesquisa e no exercício das atividades de ensino, questões como: historiografia, territórios, fronteiras identidades, ensino, memória, patrimônio, cultura, sociedade, linguagens, práticas sociais, processos econômicos e políticos. Esses aspectos, que constituem a base essencial no curso graduação de História, requerem estudos aprofundados na esfera da Graduação e Pós-Graduação Lato-Sensu e Stricto Sensu.

No campo do Lato-Sensu a área da história da UEMS em Amambai articulou a abertura do curso de especialização em Instituições e Processos Sócio-Históricos, no ano de 2014, o qual vem oferecido em conjunto com o curso de Ciências Sociais. Essa oferta vem contribuindo para o fortalecimento de grupos de pesquisa nas áreas que contemplam, os quais se encontram cadastrados junto ao CNPq. A produção desses grupos levou a aprovação em 2015 do curso de pós-graduação em nível de Stricto-Sensu, o ProfHistória. Para tanto, a área de história conta com uma pós-doutora, 5 (cinco) doutores e 1 (um) doutorando.

O Curso de História, licenciatura prioriza a indissociável relação entre teoria e prática na formação de profissionais críticos-reflexivos em relação à docência, e que adotem como objetos de pesquisas científicas questões sociais, econômicas, política e culturais e, portanto, entendemos que urge uma mudança no Projeto Pedagógico em vigor.

Para viabilizar o desenvolvimento do conhecimento no campo de atuação da História, o currículo do Curso foi reformulado e passou a contar com um conjunto de disciplinas responsáveis por apresentar os conteúdos e práticas de ensino fundamentais à formação dos acadêmicos. Dessa forma, o ensino em História visa contribuir na formação sólida com relação aos conteúdos indispensáveis a sua atuação profissional, que, no entanto, devem ser articulados com atividades práticas, a partir das quais os acadêmicos possam construir suas análises partindo das teorias, categorias e conceitos específicos da área. Com isso, é imprescindível que aulas teóricas sejam operacionalizados em aulas práticas, por meio de atividades desenvolvidas com orientação e supervisão docente por meio de estágio supervisionado, atividades de extensão e de pesquisa.

Entende-se que a realidade social por meio de referenciais teóricos incide na produção de novos saberes, e na reformulação de categorias analíticas que devem ser revistas de tempos em tempos para melhor apreensão do universo social. Esse processo teórico/prático possibilita o desenvolvimento da autonomia intelectual dos acadêmicos sobre a diversidade social, histórica, política e cultural existentes no estado, no país e no mundo. A transversalização também se faz necessária nesta nova proposta em consonância com as seguintes diretrizes: Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos e para a Educação Ambiental.

Assim, com essa compreensão, iniciou estudos e debates na comunidade acadêmica com o intuito de reformular o Projeto Pedagógico. As discussões iniciaram no Comitê Docente Estruturante (CDE), reuniões de colegiado, de docentes e discentes visando a necessidade de buscar a consolidação do curso no Estado quer seja na graduação e pós-graduação. Neste sentido, buscando se amparar nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de História e demais normatizações do Conselho Nacional de Educação, vinculados aos cursos de licenciatura, assim como às normas internas, a reformulação do projeto pedagógico se justifica pelo compromisso de nortear linhas que além de capacitar direcionarão acadêmicos no que diz respeito ao ensino, à pesquisa e à extensão, no sentido de formar profissionais críticos, reflexivos, comprometidos e habilitados a lidar com a diversidade étnico-cultural, com as relações de gênero, com as questões sociais emergentes, com as adversidades ambientais bem como aptos a lidar com as técnicas de conservação da memória histórica (museus, centros de documentação e arquivos públicos e privados).

De modo específico, este projeto pedagógico parte do princípio de que a Universidade

deve oportunizar o desenvolvimento humano e social não só da comunidade interna, como também da externa, por isso poderá desenvolver um trabalho vinculado a realidade sócio-histórica em que está inserido. Essa possibilidade de trabalho se dará por meio da oferta de eventos, cursos, minicursos, projetos de extensão visando reflexões socioculturais e discursivas, propiciando condições para que alunos e comunidade externa possam compreender a sociedade em que estão inseridos, ultrapassando os limites da subordinação e passividade frente a realidade e que possam colaborar com o desenvolvimento humano e científico em suas comunidades.

Entende-se que a formação de licenciados em História exige previamente um compromisso dos proponentes institucionais frente a realidade social brasileira, bem como, um desafio assumido frente a realidade local e regional. A região sul de Mato Grosso do Sul ainda carece de profissionais habilitados nas áreas de História, e é na Universidade que se formam os profissionais para trabalhar nas escolas de ensino fundamental e médio, em empresas públicas voltadas a conservação da memória individual e coletiva.

Dessas discussões fortaleceu a ideia de que o curso de História, licenciatura carece de uma carga horária específica para a formação teórica, imprescindível que é para o domínio de conceitos fundamentais para a formação do historiador, justificando a sua inserção na matriz curricular.

Para uma matriz curricular mais coerente, foram aprovadas alterações, nas ementas e atualização da bibliografia levando-se em consideração o acervo disponível na biblioteca. Também vislumbramos a oferta das disciplinas no formato Ensino à Distância (EaD), via plataforma Moodle. Ofertamos disciplinas optativas as quais serão ministradas por professores efetivos com formação em EaD, fora do cômputo da carga horária total do curso e contemplam as necessidades de uma interdisciplinaridade e transversalidade do ensino. Na oferta das disciplinas por séries, que levamos em consideração que a organização das disciplinas não se pautam mais no modelo tradicional de grade curricular, baseado no quadripartismo e numa periodização cronológica.

Pensando nesta relação indissociável, os professores das disciplinas que contemplam aulas práticas em sua carga horária total deverão descrever em seus respectivos Planos de Ensino quais as atividades práticas a serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer do ano letivo, e como serão orientadas e supervisionadas essas atividades, respeitando a carga horária prática estipulada para cada disciplina ministrada.

Visam-se, desta forma, o fortalecimento das pesquisas científicas, a associação entre teoria e prática, o desenvolvimento da autonomia intelectual do aluno, e a integração entre Graduação e Pós-Graduação. O curso de História carece de uma carga horária específica para a formação teórica, imprescindível que é para o domínio de conceitos fundamentais para a formação do

historiador, justificando a sua inserção na matriz curricular. De fato, a disciplina de *Teorias da História* é disciplina básica na formação do licenciado e se encontra em quase todos os currículos dos cursos de História no país.

Em contrapartida, as disciplinas História e Filosofia da Educação e Psicologia da Educação, terão uma diminuição da carga horária. A disciplina de Sociologia será substituída pela disciplina *Patrimônio histórico cultural e memória*, pois atende a profissionalização necessária aos historiadores e se fará em parceria com a disciplina de Introdução à Metodologia Científica. A oferta da disciplina História Ambiental contemplará a necessidade do estudo específico das relações humanas com o ecossistema e conseqüentemente abordará a necessidade da educação ambiental e do estudo sobre a construção dos direitos humanos e ecologia em nossa contemporaneidade.

Assim, na 1ª série passam a ser ofertadas as disciplinas de História Antiga, Introdução a Pré-História e Arqueologia, Introdução a Metodologia Científica, História do Brasil I, História Ambiental e História dos Povos Indígenas do Brasil.

Na 2ª série, História Medieval Práticas de Ensino de História, Políticas Públicas de Educação e Gestão Educacional, Psicologia da Educação, Prática de ensino de História, Historiografia e Filosofia, História do Brasil II.

Na 3ª série os discentes terão as seguintes disciplinas: História Moderna, História da América, Estágio I, História Regional, História do Brasil: política, redemocratização e movimentos sociais contemporâneos, Teorias da História e Didática.

E, na 4ª série as disciplinas de História Contemporânea, Fundamentos em Libras, História da África e Cultura Afro-brasileira, Estágio Supervisionado II, História e Filosofia da Educação, Direitos Humanos e Relações Étnicas Raciais e de Gênero, Patrimônio Histórico Cultural e Memória e Educação Especial: Fundamentos e Práticas Pedagógicas.

5. CONCEPÇÃO DO CURSO

O Projeto Político Pedagógico que fundamenta a organização e o currículo do curso de História, licenciatura expressa uma formação aberta e plural, que propicie um contato do acadêmico com autores e produções das diferentes linhas historiográficas, que possibilite a ele entrar em contato com as diferentes concepções epistemológicas, metodológicas e ideológicas da produção historiográfica. Em consequência desta perspectiva, considera necessário propiciar ao acadêmico uma vivência no que se refere à pesquisa, considerada algo indissociável da formação requerida. Também vislumbra-se uma vasta gama de atividades que podem ser desempenhadas pelo historiador, em diferentes espaços como nos museus e arquivos, principalmente, com a importância dada aos serviços educativos nesses estabelecimentos, nos centros de documentação,

em projetos ligados à memória e ao patrimônio, na produção cultural e na mídia, etc..

Desde sua implantação o curso vem atendendo um número considerável de acadêmicos indígenas e, Sendo a universidade um locus privilegiado de investigação e da pesquisa científica, postulada em análises críticas e de responsabilidade, não pode, portanto, se eximir de contribuições, subsidiando possibilidades e alternativas de compreensão e estudos da realidade na qual se encontram as populações indígenas no Mato Grosso do Sul. Considerando que a região de Amambai tem aproximadamente 7 (sete) aldeias indígenas, é de fundamental importância o trabalho desenvolvido pelo curso no que tange a instrumentalização teórico-metodológica do aluno indígena habilitando o mesmo a ser o agente de sua própria história. Propiciando, desse modo, meios, recursos e um câmbio de conhecimentos que vão para além do universo acadêmico, visto que os indígenas que adentram a universidade escrevem sua história levando em conta o lugar de que se fala e quem fala. É inegável a importância da universidade na mediação dessa construção de conhecimentos e, ainda, na formação de profissionais indígenas habilitados a trabalhar em escolas nas aldeias mediando conhecimento acadêmico com os saberes tradicionais indígenas.

Esta concepção resultou em uma estrutura curricular distribuída em núcleo de formação geral, núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e núcleo de estudos integradores.

6. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

GERAIS

- formar professores para o ensino médio e fundamental na área de História, com conhecimentos específicos que os tornem capazes de posicionarem-se criticamente com relação aos problemas de seu tempo, conscientes das especificidades culturais dos grupos e sociedades que compõem a civilização, desde seus primórdios, assim como incentivar e desenvolver pesquisas voltadas, prioritariamente, para a docência;
- capacitar o profissional na utilização dos métodos, técnicas e correntes historiográficas, para a produção e apropriação do discurso histórico-científico;
- orientar o profissional de ensino de História a atuar no sentido de difundir uma formação cultural, científica e filosófica que vise à transformação dos alunos em cidadãos éticos e socialmente participativos.

ESPECÍFICOS

- viabilizar o preparo do aluno, priorizando o conhecimento específico da área e a análise crítica

dos diversos momentos históricos, tendo em vista o comprometimento com o ensino da História nos anos finais do ensino Fundamental e também do ensino Médio;

- incentivar a pesquisa como fundamento da docência e promover atividades de extensão que contribuam para os debates e integração entre a instituição e a comunidade externa;
- desenvolver a pesquisa e a produção de conhecimento histórico, não apenas no âmbito acadêmico, mas em instituições de preservação documental, de desenvolvimento de projetos ligados a gestão de patrimônio histórico e cultural;
- buscar a constante atualização de conhecimentos, estimulando a produção científica e o desenvolvimento do pensamento reflexivo;
- proporcionar o acesso e apropriação de conhecimentos e saberes que dão sustentação à prática pedagógica, a partir do entendimento do contexto histórico, cultural e científico da sociedade, visto sob a ótica de sua dinamicidade;
- desenvolver o espírito científico e o comprometimento com o desenvolvimento social;
- viabilizar as condições teórico-metodológicas para que o egresso possa dar continuidade a estudos, reflexões e pesquisas dentro e fora do ambiente universitário;
- proporcionar a compreensão da educação ambiental, como uma ação em direção a uma práxis transformadora da sociedade;
- assegurar o domínio dos fundamentos e da metodologia específica a cada área de conhecimento, vinculando teoria e prática;
- viabilizar a construção e a avaliação de programas relacionados ao ensino de história correlacionando com o contexto histórico nacional e regional;
- possibilitar o intercâmbio de experiências com outros Cursos e Instituições, bem como a participação dos alunos e professores em eventos científicos, culturais e educacionais.

7. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Curso de História volta-se para a formação de profissionais para atuação na educação básica. Assim, o Curso de História, proporcionará ao acadêmico o desenvolvimento de capacidades analíticas e estratégias didático-pedagógicas por meio de um conjunto de disciplinas responsáveis em proporcionar uma formação humanística voltada para o ensino. Portanto, a formação do acadêmico visa o estímulo à autonomia intelectual nos campos da docência e pesquisa, com o propósito de formar docentes/pesquisadores amparados por uma estrutura curricular que os permita trilhar diversas trajetórias.

As discussões atuais em torno da profissão do historiador ressaltam a necessidade de compreender que a profissão do historiador é constituída por diferentes dimensões que se articulam. Desta forma, o historiador é o profissional capacitado para lecionar a disciplina de

História, mas é também capacitado para conduzir projetos de pesquisa, gerir museus, arquivos e centros de documentação, coordenar ou assessorar projetos culturais os mais diversos, atuar junto à administração pública ou prestar assessoria a sindicatos, empresas, ONGs e entidades as mais diversas.

8. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Pluralidade de conhecimentos e saberes, com vistas a proporcionar sustentação à prática pedagógica, a partir dos contextos social, histórico, cultural e político da sociedade;
- Aprendizagem como processo de construção de conhecimento, habilidade e valores em interação com a realidade;
- Envolvimento constante dos acadêmicos em formação com o processo de produção e socialização do conhecimento, norteando a estrutura curricular;
- Engajamento do aluno em prática, estágios curriculares supervisionados e projetos diversos tendo-se presente o papel social da instituição educativa;
- Entendimento do conhecimento sócio-histórico como um produto da construção histórica do ser humano, que nas suas interações o constrói e reconstrói conforme suas necessidades;
- Compreensão da diversidade cultural, como aspecto formador da sociedade brasileira. A pluralidade das etnias existentes, que dão origem a diferentes modos de organização da vida, valores e crenças;
- Compreensão da pesquisa e extensão como processo educativo enquanto fio condutor e elemento aglutinador dos demais componentes curriculares, constituindo-se em elaboração pessoal articulando teoria e prática;
- Desenvolvimento de trabalho coletivo incentivando a interdisciplinaridade como elemento necessário de caráter vinculado ao conhecimento das diversas áreas.

As competências e habilidades acima destacadas, atreladas ao planejamento e a execução das atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de pós-graduação elaborados para o Curso de História, licenciatura orientam a formação acadêmica e técnica do futuro profissional.

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliar é um meio para o aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem, e não um fim em si mesmo, o que pressupõe que aquela é um processo, o qual se materializará através dos seguintes instrumentos além das provas escritas integradas: provas escritas individuais, orais e em grupos; atividades práticas; atividades de estágios, seminários, debates; pesquisas; produção de artigos;

projetos, além de outros previstos em planos de ensino das disciplinas.

A avaliação deve ser vista como parte integrante de processo de formação, que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, considerando as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias. A avaliação deverá compreender uma atividade que promova o diálogo entre os sujeitos envolvidos no curso, estabelecendo novas relações entre realidade sociocultural e prática curricular, o pedagógico e o administrativo, o ensino, a pesquisa e a extensão na área; de maneira que seja possível o aprimoramento de concepções e práticas que constituem o projeto pedagógico.

A avaliação do ensino-aprendizagem constitui-se como processo contínuo, interativo e de mediação na estruturação de um conhecimento dotado de sentido para o perfil profissional. Avaliação é um meio para o aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem, e não um fim em si mesmo, ou seja, um processo que se materializará por meio dos instrumentos previstos nas normas vigentes da instituição.

Os procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem serão realizados sobre os conteúdos curriculares e demais atividades didático-pedagógicas, valorização das atividades de pesquisa e extensão individual e coletiva, levando em conta um processo que se materializará por meio dos instrumentos previstos nas normas vigentes da instituição.

Em conformidade com a ideia de flexibilização curricular, todas as disciplinas do Curso poderão ser ofertadas em Regime Especial de Dependência (RED) com exceção da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado, desde que solicitada pelo discente no ato da matrícula, e que haja disponibilidade de oferta por parte de professor efetivo da disciplina, com aprovação no Colegiado de Curso da oferta nesse regime.

O curso também será avaliado pelo Conselho Estadual de Educação de acordo com as normas vigentes.

9.1. Avaliação do Curso / Projeto Pedagógico

A avaliação do curso, bem como a do seu projeto pedagógico vem em consonância com as discussões das Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, Avaliação de Cursos e outras modalidades de avaliação.

Considera-se a avaliação como parte integrante do processo de formação de professores, que possibilita diagnosticar possíveis lacunas existentes durante o percurso da formação inicial. Tem-se na avaliação um importante instrumento impulsionador das mudanças no processo de produção e disseminação de conhecimento, gerado no âmbito acadêmico.

Assim, a avaliação do Curso deverá ser desenvolvida por membros interno e externo da

comunidade acadêmica, visando à promoção da qualidade do ensino e a aprendizagem dos alunos¹. O Comitê Docente Estruturante também tem como um de seus objetivos realizar esta avaliação.

Para desencadear o processo avaliativo interno, o Colegiado do Curso terá que estabelecer critérios e apontar os instrumentos necessários para levantamento e análises dos resultados obtidos. A autoavaliação do curso, bem como do seu projeto pedagógico, será realizada em consonância com as normas do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), Exame Nacional de Cursos (ENADE) e outras modalidades de avaliação, sob a responsabilidade da Comissão Interna de Autoavaliação do Curso, bem como as orientações e determinações vigentes nas normas da instituição.

A avaliação e auto-avaliação são imprescindíveis para consolidar os princípios da gestão democrática, participativa e autônoma na formação de professores.

10. RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Visando atender o exercício da docência e as novas concepções de ensino, o projeto tem como proposta um curso de História com caráter multidisciplinar e interdisciplinar; domínio de conhecimentos gerais e específicos da área; pensamento crítico e transformador; espírito de inovação; preceitos éticos; capacidade para enfrentar problemas reais; visão e interesse pela pesquisa científico-pedagógica; perspectivas de mobilidade interinstitucional, bem como a integração real e compromisso prático com a sociedade.

Os alunos do curso poderão desenvolver monografias, artigos, atividades de Iniciação Científica (PIBIC) e Iniciação à Docência (PIBID), com bolsas concedidas pela Capes e CNPq, ou na modalidade avançada (sem bolsa), além de participarem de projetos de extensão, com bolsa PIBEX ou como voluntários. A atividade de extensão, além de projetos específicos, também é praticada através de modo indissociável ao ensino e pesquisa, através de projetos desenvolvidos com este foco, como palestras proferidas por professores e alunos a comunidade, alunos de ensino básico e a comunidade em geral.

Além da construção de dois laboratórios (história regional e ensino de história) professores da Unidade de Amambai já estão vinculados ao programa *Stricto Sensu*, ProfHistória com linhas de pesquisas voltadas ao ensino de história.

¹ BRASIL, MEC. CONAES. Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Brasília, 26 de agosto de 2004.

11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (OBRIGATÓRIO)

O estágio curricular supervisionado deve ser vivenciado durante o curso de formação e com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional. Deve se desenvolver a partir do início da segunda metade do curso, reservando-se um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes. Para tanto, é preciso que exista um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola e as escolas campos de estágio, com objetivos e tarefas claras e que as duas instituições assumam responsabilidades e se auxiliem mutuamente, o que pressupõe relações formais entre instituições de ensino e unidades dos sistemas de ensino.

Destaca-se, ainda, que além de considerar os tempos e espaços da e na escola, o presente projeto insere como locus do estágio supervisionado as instituições não escolares como as associações civis, as ONGs, sindicatos, museus, centros de documentação, igrejas entre outros ambientes educativos.

A atuação profissional dos futuros professores não pode ser pensada na perspectiva apenas dos componentes curriculares que, apesar de constituírem dimensões primordiais na formação, não são os únicos. A preocupação com a formação profissional e, conseqüentemente com a ação docente, deverá estar presente em todo itinerário curricular do Curso, inclusive nas diferentes ações pedagógicas de seus professores, desenvolvidas em cada disciplina que compõem a matriz curricular.

Em decorrência deste pressuposto, foi introduzida nos currículos dos Cursos de Licenciatura a atividade denominada Estágio Supervisionado, conforme a Resolução CNE/MEC 02/2015, de 1º de julho de 2015, que estabelece novas diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada o estágio deve ter a carga horária mínima de 400 (quatrocentas) horas (equivalente a 480 horas-aulas na UEMS).

O estágio caracteriza-se pelo conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência (Parecer CNE/CES nº 15/2005). Dessa maneira, o estágio obrigatório é um dos eixos norteadores do Curso de licenciatura. No caso específico do Curso de História, Licenciatura busca-se efetivar um processo dinâmico de ação, reflexão e relação entre os conteúdos e práticas pedagógicas adquiridas na universidade, no exercício da docência.

Essa modalidade de estágio contará com 400 horas e será desenvolvida no terceiro e quarto ano do curso sob supervisão de 2 (dois) professores em cada etapa. Esses professores devem ter

experiência no ensino fundamental e médio, mas na falta desta devem possuir diploma de licenciado em História. Haverá a distribuição desta carga horária em sala da Universidade contendo discussão teórica, aulas pilotos, oficinas de história e planejamento de projetos de ensino. Aos professores de Estágio não efetivos é facultado a possibilidade de acompanhar em anos subsequentes o desenvolvimento das atividades. Esses professores farão parte da Comissão de Estágio Supervisionado (COES) a qual discutirá e avaliará todas as atividades de estágio, inclusive o recebimento das pastas de conclusão no final do ano letivo.

O Estágio Curricular Supervisionado, disciplina de caráter obrigatório, será realizado de acordo as normas vigentes da instituição e tem Regulamento próprio.

12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (NÃO OBRIGATÓRIO)

O Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório objetiva proporcionar ao acadêmico a participação em situações reais e típicas da área de História e complementam as atividades especificadas no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, mas não substituindo, pois se trata de uma modalidade que pode ser desenvolvida em qualquer etapa da formação do aluno, a partir de seu ingresso no curso. Esta modalidade de estágio poderá ser exercida em empresas públicas e/ou privadas, instituições de ensino e/ou pesquisa, em órgãos de administração pública, museus, arquivos ou qualquer ambiente que apresente condições para o aprofundamento dos conhecimentos correlatos práticos.

Mesmo em se tratando de modalidade optativa por parte do aluno, esta prática deverá ser orientada e acompanhada pela COES, que designará 1 (um) docente responsável para o acompanhamento destas atividades que seguirão normas vigentes da UEMS. Mesmo sendo estágio não obrigatório, o acadêmico terá a obrigação de escrever e apresentar um relatório de estágio, pois assim, a universidade terá um respaldo do que está sendo desenvolvido por este acadêmico.

13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O núcleo de Estudos Integradores caracteriza-se as Atividades Complementares e de caráter obrigatório as atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural, com a carga horária de 200 horas, mediante apresentação à Coordenadoria, de comprovantes ou declarações. Serão consideradas Atividades Complementares aquelas desenvolvidas pelo aluno no âmbito ou fora da Universidade, a partir do ano do seu ingresso no curso.

São as seguintes modalidades que compõem as Atividades Complementares para fins de enriquecimento do processo formativo do aluno e futuro mestre: Seminários, apresentações, exposições, participação em evento científico artístico e cultural, produções individual e

coletiva, monitorias, participação e colaboração em projetos de ensino, pesquisa e extensão, relatórios de pesquisas, participação como dirigentes e ou representantes nos Centros ou Diretórios Acadêmicos, visitas a outras instituições cuja carga horária será normatizada pelo Colegiado Curso. As Atividades complementares, de caráter obrigatório, são aquelas, cumpridas no âmbito da UEMS ou de outras IES, que propiciam enriquecimento, aprofundamento temático e interdisciplinar com outras áreas. A integralização das atividades dar-se-á mediante apresentação à Coordenação, de comprovantes ou declarações que totalizem o mínimo de 200 (duzentas horas). As atribuições de carga horária válida serão deliberadas pelo Colegiado de Curso.

14. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Entende-se por Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) o resultado de investigação científica, cuja temática deve estar em consonância com as temáticas abordadas durante o curso, ou seja, um tema que aborde as disciplinas do Curso preferencialmente temas voltados para o ensino de História e a educação. É de caráter obrigatório, com total de 100 horas e inicia na primeira série, com a disciplina de Introdução a Metodologia Científica, apresentação do projeto de TCC no início do primeiro bimestre da terceira série e finaliza com apresentação de uma MONOGRAFIA até o final da quarta série e tem Regulamento próprio.

No TCC, o aluno terá 1 (um) professor orientador de sua escolha, integrante do quadro do Curso de História, respeitando os princípios norteadores do Projeto Pedagógico no desenvolvimento dos trabalhos investigativos.

O aluno cotista indígena poderá ter tratamento diferenciado, se assim o desejar, de acordo com a legislação em vigor, respeitando as diferenças culturais e o princípio da educação diferenciada a que tem direito.

Os alunos que desenvolvem projetos de pesquisa de Iniciação Científica, de Iniciação a Docência ou de Extensão, poderão apresentar tais projetos como TCC, com as devidas adequações e de acordo com a normatização em vigor.

15. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A matriz curricular do curso consta de disciplinas de formação específica que englobam conteúdos curriculares básicos e disciplinas de formação complementar, reunindo conteúdos curriculares pedagógicos e profissionais de caráter obrigatório.

Nessa perspectiva, valorizam-se os conhecimentos teóricos e práticos como espaços de reflexão sobre a atuação profissional, dando significado aos conteúdos das práticas, a partir do

conhecimento e análise de situações pedagógicas concretas da escola básica. As atividades práticas que permeiam os conteúdos específicos, complementares e pedagógicos devem ser contextualizadas, pensadas e planejadas coletivamente pelo corpo docente com vistas a abordar as várias dimensões do trabalho do professor num processo de permanente aprendizado. As práticas de estágio devem ser planejadas, executadas e referenciadas em reflexões desenvolvidas na universidade a partir do acompanhamento e estudo das rotinas pedagógicas da escola básica, dentro de uma postura investigativa sobre o trabalho docente, de forma a apreender procedimentos e utilizar instrumentos de pesquisa, interpretar e usar os resultados de pesquisas na sua prática pedagógica.

As atividades de natureza teórica e prática deverão ser planejadas coletivamente pelo corpo docente do curso, de acordo com as especificidades de cada núcleo, de modo que levem à reflexão, à pesquisa, à unidade no tratamento didático de forma contextualizada. O planejamento e a execução coletiva das atividades deverão permear todo o processo como garantia de aprendizagem do aluno, considerando-se os estudos e acompanhamentos das rotinas pedagógicas da escola básica.

15.1 Núcleo de Formação Geral

Visam à fundamentação teórica imbricado nas questões educacionais do ponto de vista histórico, filosófico e psicológico.

15.2 Núcleo de Formação Específica

Visam a formação do conhecimento através de conteúdos histórico/historiográficos e práticas de pesquisa, que permitam a construção do saber, cientificamente acumulado, sob a ótica das diferentes concepções teórico-metodológicas que definem e problematizam os grandes recortes espaço-temporais, e que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas.

Os conteúdos das disciplinas específicas foram selecionados de forma a possibilitar ao aluno o desenvolvimento de habilidades que o torne capaz de conhecer e diferenciar as informações referentes às épocas históricas nas várias tradições civilizatórias e estabelecer sua inter-relação.

15.3 Núcleo de Formação Pedagógica

Visam à formação política, crítica e didático-pedagógica de modo que propiciam

conhecimentos que orientam o futuro professor nas questões relacionadas ao processo de ensino aprendizagem, quanto à elaboração de planejamentos e planos de aulas. Esses conteúdos visam a formação de um conhecimento amplo na área didático-pedagógica, trabalhando com questões relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem que propicie condições para selecionar, avaliar os conteúdos históricos aplicados, diferenciando metodologias de ensino, quando necessário.

15.4 Núcleo de Conteúdos de Formação Complementar

Disciplinas de caráter obrigatório que visam à reflexão das diversidades culturais, da inclusão, dos direitos humanos e da preservação ambiental no preparo do futuro pesquisador e professor para a prática das pesquisas em história. Busca-se uma inserção em áreas correlatas, que possibilitarão uma visualização da História como ciência humana, que consubstanciem os conteúdos específicos no sentido de garantir aos alunos, conhecimentos suficientes para trabalhar nas áreas de Ciências Humanas e Sociais.

15.5 Prática como Componente Curricular – PCC

A prática é um componente curricular que será vivenciada pelo aluno obrigatoriamente ao longo do curso. Ela parte do princípio que o fazer implica uma reflexão e toda reflexão implica um fazer, dessa forma evita-se reduzir a prática em estágio fechado e isolado do processo de formação.

A prática acontecerá no interior das principais disciplinas eleitas e configuradas no currículo pleno do Curso e transcenderá a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e do próprio sistema de ensino. Tem como finalidade promover a articulação em diferentes perspectivas interdisciplinares, bem como a observação e os registros de observações oriundas de situações problemas do cotidiano profissional e escolar. As atividades práticas serão supervisionadas, registradas e avaliadas pelo professor da disciplina.

Neste curso, a relação entre teoria e prática estará presente na observância do conceito de simetria invertida e nas atividades de prática como componente curricular.

O conceito de simetria invertida está presente no Parecer CNE/CP nº 09/2001, o qual explicita a necessidade da coerência entre o que se faz na formação do aluno e o que dele se espera como profissional, pois o futuro professor aprende a profissão em um lugar similar ao seu lócus profissional, mas, numa situação invertida, ou seja, na posição de aluno.

Krahe (2008) argumenta que a situação presente na simetria invertida “[...] mostra que deve haver uma relação de coerência entre o que se faz durante o processo formativo, isto é, na pedagogia universitária, e as expectativas do que o futuro profissional venha a fazer” (p.229).

Percebe-se então uma relação entre o conceito de simetria invertida e a proposta das atividades de prática como componente curricular, apresentada nos marcos legais, tanto nos Pareceres instrutivos para as licenciaturas, quanto em todas as Diretrizes Curriculares Nacionais das licenciaturas, evidenciando-se a necessidade de o futuro professor vivenciar durante o curso, no interior das áreas ou das disciplinas, atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização referenciados na educação escolar possibilitando, conforme Manrique e Perentelli (op.cit) que “[...] o futuro professor use os conhecimentos que aprender e se aproprie de experiências em diferentes tempos e espaços curriculares”.

Nos marcos legais a prática como componente curricular está definida no Parecer CNE/CES nº 15/2005, item 4, p. 3:

[...] conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento.

O Parecer CNE/CP n.º 28, de 02 de outubro de 2001, item 2, explicita que:

A prática, como componente curricular, que terá necessariamente a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas. Com isto se pode ver nas políticas educacionais e na normatização das leis uma concepção de governo ou de Estado em ação. Pode-se assinalar também uma presença junto às agências educacionais não escolares tal como está definida no Art. 1º da LDB. Professores são ligados a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente. Importante também é o conhecimento de famílias de estudantes sob vários pontos de vista, pois eles propiciam um melhor conhecimento do ethos dos alunos.

Conforme Manrique e Perentelli (op.cit), a prática no interior das áreas ou disciplinas, se caracteriza como:

[...] um espaço de atuação coletiva e integrada dos formadores transcende o estágio e tem como finalidade promover a articulação das diferentes

práticas numa perspectiva interdisciplinar, destacando o método de observação e reflexão para entender e atuar em situações contextualizadas.

O início e a duração para prática como componente curricular para os cursos de licenciatura está definido no Parecer CNE/CP n.º 28/2001, excetua-se nesta matéria os Cursos de Pedagogia que na ocasião da homologação das DCN estabeleceu carga horária diferenciada do parecer supracitado que rege os demais cursos de licenciatura. A orientação está presente no item 2, do Parecer supracitado:

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente cujas diretrizes se nutrem do Parecer 9/2001 ela terá que ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

A prática como componente curricular deve estar assegurada desde o início do curso, a instituição formadora deverá supervisionar e avaliar a atividade, e, para garantir o padrão de qualidade.

A prática como componente curricular será assegurada na carga horária de algumas disciplinas, através de atividades propostas que transcendem a sala de aula, possibilitando ao aluno ter contato com o conjunto do ambiente e da própria educação escolar, em atividades que possibilitem o contato com todos os segmentos da escola, bem como os órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino e os órgãos de representação profissional.

As atividades de prática de como componente curricular na História poderão ser organizadas:

⌘ através da análise de conteúdos específicos das diversas disciplinas nos livros didáticos de ensino fundamental e médio, quanto à concepção de História, conhecimentos históricos, fontes históricas/documentos, imagens, metodologia de ensino/aprendizagem, competências e habilidades, atividades e exercícios, construção da cidadania, manual do professor, editoração e aspectos visuais;

⌘ análise de filmes e iconografia proposta e apresentada nos materiais didático-pedagógicos disponíveis nas unidades de ensino/escolas;

⌘ produção de materiais didático-pedagógicos diversos como, textos de diferentes tipologias textuais, maquetes, slides, jogos, dentre outros;

⌘ construção de projetos temáticos;

✂ estudos, eventos e passeios que possibilitem a articulação entre o curso de História/Unidades de Ensino com os lugares de História e memória do município e/ou da região, como: museus, arquivos, bibliotecas, espaços culturais;

✂ pesquisas e estudos de casos;

✂ organização de mostras;

✂ estudos e divulgação do centro de documentação;

✂ simulações, miniaulas e demais atividades.

Para realizar estas atividades contamos atualmente com dois laboratórios, a saber o Laboratório de Ensino de História no qual a presença de diferentes paradigmas historiográficos suscita discussões cuja tônica provoca mudanças no ensino de História. Essas mudanças requerem um aporte teórico-prático inovador. O Laboratório de Ensino de História visa instrumentalizar os alunos com sugestões de diferentes metodologias e conteúdos, possibilitando outras práticas em sala de aula, além de proporcionar a elaboração de materiais diversos como maquetes, jogos, mapas, charges, história em quadrinhos. Está instalado em sala própria, equipada com instalações hidráulicas, ventiladores, tela de projeção, filmes históricos, arquivos, armários, prateleiras, mesas, cadeiras e carteiras, além de equipamentos audiovisuais. O atendimento aos alunos é feito por alunos bolsistas e os materiais existentes são disponibilizados para empréstimos.

Também contamos com o Laboratório de Estudos e Pesquisas Regionais, o qual visa fortalecer o Curso, fornecendo subsídios para os estudos e pesquisas sobre diversas problemáticas, com ênfase nos temas regionais. É utilizado por docentes, discentes e técnicos da Instituição e aberto à comunidade, principalmente para alunos dos ensinos fundamental e médio. O Laboratório encontra-se equipado e mobiliado, contando com um acervo bibliográfico de temas regionais. O atendimento está sendo viabilizado por docentes e alunos bolsistas. Também é depositário do acervo de pesquisas de docentes e discentes, bem como de material fonográfico e fotográfico proveniente de estudos e pesquisas realizadas.

As atividades de prática como componente curricular deverão ser planejadas, orientadas, avaliadas e supervisionadas pelos docentes responsáveis pelas disciplinas que contêm carga horária destinada a prática, os planos das atividades práticas deverão ser apresentadas ao coordenador e aprovadas no Colegiado do Curso.

16. ORGANIZAÇÃO/MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Quadro 1. Núcleo de Formação Geral (NFG)

Disciplina	Carga Horária
Filosofia	102
Introdução à Pré-História e Arqueologia	136
História Ambiental	136
História Antiga	136
História Contemporânea	136
História da África e Cultura Afro-brasileira	136
História da América	136
História do Brasil I	136
História do Brasil II	136
História do Brasil: Política, redemocratização e movimentos sociais contemporâneos	68
História dos Povos Indígenas do Brasil	136
História Medieval	136
História Moderna	136
História Regional	136
Historiografia	68
Patrimônio Histórico Cultural e memória	136
Teorias da História	136
TOTAL	2142

Quadro 2. Núcleo de Aprofundamento e Diversificação (NAD)

Disciplina	Carga Horária
Didática	136
Direitos Humanos e Relações Étnico-raciais e de gênero na Educação	102
Educação Especial e inclusiva: Fundamentos e práticas pedagógicas	102
História e Filosofia da Educação	102
Introdução à Metodologia Científica	136
Língua Brasileira de Sinais LIBRAS	68
Psicologia da Educação	102
Políticas Públicas de Educação e Gestão Pública	102
Práticas de Ensino de História	136
TOTAL	986

Quadro 3. Componentes Curriculares definidos em horas

Componente Curricular	Carga horária
Núcleo de Estudos Integradores – Atividades Complementares	200
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	400
Trabalho de Conclusão de Curso	100

Quadro 4. Matriz Curricular

Série	Disciplina	Carga horária		
		Total	Teórica	PCC
1ª	História Ambiental	136	136	-
	História Antiga	136	102	34
	História do Brasil I	136	102	34
	História dos Povos Indígenas do Brasil	136	102	34
	Introdução à Metodologia Científica	136	102	34
	Introdução à Pré-História e Arqueologia	136	102	34
2ª	Didática	136	68	68
	Filosofia	102	102	-
	História do Brasil II	136	102	34
	História Medieval	136	102	34
	Historiografia	68	68	-
	Políticas Públicas de Educação e Gestão Educacional	102	102	-
	Práticas de Ensino em História	136	102	34
	Psicologia da Educação	102	102	-
3ª	História da América	136	132	04
	História do Brasil: política, redemocratização e movimentos sociais contemporâneos	68	68	-
	História Moderna	136	102	34
	História Regional	136	136	-
	Teorias da História	136	102	34
	Estágio Curricular Supervisionado – ensino fundamental*	-	-	-
4ª	Direitos Humanos e relações étnico-raciais e de gênero na educação	102	68	34
	História Contemporânea	136	102	34
	História da África e Cultura Afro-Brasileira	136	102	34

	História e Filosofia da Educação	102	68	34
	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	68	68	-
	Patrimônio histórico cultural e memória	136	136	-
	Estágio Curricular Supervisionado – ensino médio*	-	-	-
	Educação Especial e inclusiva: Fundamentos e práticas pedagógicas	102	102	-

* A carga horária do Estágio Curricular Supervisionado consta no quadro 3.

Quadro 5. Disciplinas com carga horária por meio da Educação a Distância

Série	Disciplina	Carga horária total	Carga horária EaD
2ª	Didática	136	68
4ª	Direitos Humanos e Relações Étnico-raciais e de gênero na Educação	102	34
4ª	Educação Especial e inclusiva: Fundamentos e práticas pedagógicas	102	34
2ª	Filosofia	102	34
1ª	História Ambiental	136	68
4ª	História e Filosofia da Educação	102	34
3ª	História Regional	136	68
1ª	Introdução à Metodologia Científica	136	68
4ª	Patrimônio histórico cultural e memória	136	68
2ª	Políticas Públicas de Educação Brasileira e Gestão Pública	102	34
2ª	Práticas de Ensino em História	136	68
2ª	Psicologia da Educação	102	34

Quadro 6. Resumo da Matriz Curricular

Componentes Curriculares	Carga horária	
	Hora-aula	Hora-relógio
Disciplinas do Núcleo de Formação Geral	2142	1785
Disciplinas do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação	986	821
Atividades do Núcleo de Estudos Integradores	-	200
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	-	400
Trabalho de Conclusão de Curso	-	100
Total		3306

17. TABELA DE EQUIVALÊNCIA

Projeto Pedagógico em Extinção	CH Total	Série	Projeto Pedagógico Implantação em 2018	CH Total	Série
História Antiga	136	1	História Antiga	136	1
Historiografia Brasileira	68	2	Historiografia	68	4
História Medieval	136	2	História Medieval	136	2
História Moderna	136	3	História Moderna	136	3
História do Brasil I	136	2	História do Brasil I	136	1
História do Brasil II	136	3	História do Brasil II	136	2
História Regional	68	3	História Regional	136	3
História da América	136	3	História da América	136	3
Metodologias do Ensino de História	68	3	Práticas de Ensino em História I	136	2
História Indígena	136	4	História dos Povos Indígenas do Brasil	136	1
História da África e Cultura Afro-brasileira	136	4	História da África e Cultura Afro-brasileira	136	4
História Contemporânea	136	4	História Contemporânea	136	3
Introdução a Pré-História e Arqueologia	136	1	Introdução a Pré-História e Arqueologia	136	1
Introdução aos Estudos Históricos	136	1	Teorias da História	136	3
			Patrimônio Histórico Cultural e Memória	136	4
			História Ambiental	136	1
			Direitos Humanos e Relações Étnico-raciais e de gênero na educação	102	4
			História do Brasil: Política, redemocratização e movimentos sociais contemporâneos	68	3
Filosofia	68	1	Filosofia	68	2
Sociologia	68	4			
Introdução à Metodologia Científica	68	1	Introdução à Metodologia Científica	136	1
Psicologia da Educação	136	1	Psicologia da Educação	68	2
Política Ed. Brasileira	68	2	Políticas Públicas de Educação Brasileira e Gestão Educacional	102	2
Didática	136	2	Didática	102	
Filosofia e História da Educação	136	2	História e Filosofia da Educação	102	4
Estágio Curricular Supervisionado – Ensino Fundamental	204	3	Estágio Curricular Supervisionado – Ensino Fundamental	200	3
Estágio Curricular Supervisionado – Ensino Médio	204	4	Estágio Curricular Supervisionado – Ensino Médio	200	4
Fundamentos em Libras	68	4	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	68	4
Fundamentos em educação inclusiva	68	4	Educação Especial e inclusiva: Fundamentos e Práticas Pedagógicas	68	4
Informática aplicada à Educação	68	4			

18. PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO

O novo Projeto Pedagógico será implantado a partir de 2018, para as turmas ingressantes. Os alunos reprovados na 1ª série, em 2017, deverão cursar a mesma disciplina prevista no projeto anterior. Caso a disciplina tenha sido extinta pelo novo Projeto Pedagógico, o aluno cursará a disciplina equivalente e, caso não haja equivalência, qualquer disciplina do Núcleo correspondente. As disciplinas serão ministradas pelos professores titulares da disciplina ou convocados, se for o caso.

No caso de disciplinas mantidas no novo projeto mas alocadas em outras séries, o mesmo docente assumirá as disciplinas de forma a atender ambas as séries até o final da implantação do novo projeto pedagógico.

As disciplinas com carga horária de 68 horas e 102 horas serão semestralizadas para serem ofertadas em conjunto com o Curso de Ciências Sociais.

As disciplinas pedagógicas foram alocadas nas mesmas séries do Curso de Ciências Sociais para possibilitar a oferta em conjunto, compatibilizando a oferta em horário semanal a ser realizado em conjunto com o curso de Ciências Sociais a cada início do ano letivo.

19. EMENTÁRIO, OBJETIVOS E BIBLIOGRAFIAS

INTRODUÇÃO A PRÉ-HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA

Ementa:

Estudo da origem e desenvolvimento do homem e da sua complexidade cultural na relação tempo/espaço, as culturas históricas desde a origem do homínido até o surgimento das civilizações. Análise das ideias e teorias sobre a evolução biológica e cultural do homem. Pré-história americana. Pré-história brasileira. Noções básicas de Arqueologia. O registro arqueológico. O processo de formação dos sítios arqueológicos. Tipos de sítios. As diversas categorias de evidências arqueológicas. Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa arqueológica em campo e laboratório. O patrimônio arqueológico brasileiro e do Mato Grosso do Sul.

Objetivos:

Proporcionar o domínio dos conteúdos de forma a permitir a compreensão do longo período percorrido pelo Homem desde o seu surgimento até os dias atuais;

Estimular a reflexão sobre o patrimônio arqueológico brasileiro como forma de incentivo a sua preservação;

Estabelecer as modificações ambientais a partir do pleistoceno tardio e as inter-relações com as ocupações pré-históricas do Planalto Central;

Oferecer subsídios básicos sobre a atividade arqueológica para o estudo da cultura material resgatada em campo;

Propiciar noções gerais relativas ao panorama dos sítios arqueológicos do Brasil Central e seus problemas específicos de pesquisa e conservação;

Despertar para a importância do estudo da cultura material na construção da identidade brasileira diante das múltiplas facetas étnicas.

Bibliografia básica:

GUARINELO, N. L. **Os primeiros habitantes do Brasil**. São Paulo: Atual Editora, 1994.

LEROI-GOURHAN, A. **Pré-História**. São Paulo: EDUSP/Pioneira, 1981.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Ed. UnB, 1992.

Bibliografia complementar:

BRAIDWOOD, R. J. **Homens pré-históricos**. Brasília: UNB, 1988.

BRANCO, S. M.; BRANCO, F. C. **A deriva dos Continentes**. São Paulo: Polêmica, 1994.

CALDARELLI, S.B. (org.) **Atlas do simpósio sobre política nacional do meio ambiente e patrimônio cultural**. Goiânia, UCG. 1977.

FUNARI, P. P. A (org.) **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. Coleção Idéias. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas SP: UNICAMP, s/d.

MEGGERS, B. J. **América Pré-Histórica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E MEMÓRIA

Ementa:

Conceitos de patrimônio histórico e cultura. Os lugares da memória e a preservação do patrimônio histórico-cultural e das memórias objetivas, subjetivas e sociais. Representação cultural e identidade. Patrimônio material e imaterial. Formação da identidade nacional e regional.

Objetivos:

Conhecer os conceitos de patrimônio , memória, cultura e identidade;

Problematizar e refletir sobre a construção, preservação e representação do patrimônio histórico-cultural e de sua relação com os lugares das memórias objetivas, subjetivas e sociais;

Identificar e diferenciar as várias formas de manifestação do patrimônio material e imaterial;

Detectar e analisar a importância dos bens simbólicos culturais e históricos como referenciais para a formação das identidades nacional e regional.

Bibliografia básica:

ARANTES, Antonio A. (org.) **Produzindo o passado: estratégia de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 3ª ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

FONSECA, Cecília. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997.

Bibliografia complementar:

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**, trad. Railton Souza Guedes. São Paulo, 2003.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**, In: Estudos Históricos, no. 3, Rio de Janeiro, Vértice e CPDOC/FGV, pags. 5 a 15.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A História, cativa da memória**. Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 34, p. 9-24, 1992.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HISTÓRIA ANTIGA

Ementa:

As civilizações do oriente próximo: Mesopotâmia. Egito: manifestações de religiosidade e poder. Hebreus: monoteísmo e organização política e cultural. Grécia: do genos ao Império. Roma: monarquia, república e império.

Objetivos:

Instrumentalizar o futuro profissional da História para que ele possa tangenciar os conceitos

prioritários referentes ao manejo e articulação dos conhecimentos inerentes à área de História Antiga Oriental e Ocidental, visando torná-lo apto para agregar em sala de aula o processo de organização do saber articulando a pesquisa, o ensino e sua aplicação.

Bibliografia Básica:

GRALHA, J. **Deuses, faraós e poder**: legitimidade e imagem do Deus dinástico, e do monarca no antigo Egito – 1550/1070 a. C. Rio de Janeiro: Barroso Produções Editoriais; 2003.

LEICK, G. **Mesopotâmia**: a invenção da cidade. São Paulo: Imago, 2003.

PINSKY, J. **As primeiras civilizações**. São Paulo, Contexto, 2000.

Bibliografia Complementar:

GIORDANI, M. C. **História Antiga Oriental**. Petrópolis: Vozes, 1989.

----- . **Grécia**. Petrópolis: Vozes, 1989.

----- . **Roma**. Petrópolis: Vozes, 1989.

FEBVRE, L. **A Europa**: gênese de uma civilização. São Paulo: EDUSC, 2001.

FUNARI, P. P. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2000.

HISTÓRIA DO BRASIL I

Ementa:

Portugal e o processo de expansão ultramarina. A América Portuguesa: sociedade, economia, cultura e política. Crise do sistema colonial. A construção do Estado e da nação: economia, sociedade, cultura e política no Brasil Imperial. A prática de ensino e a importância da pesquisa em História do Brasil nos ensinos fundamental e médio.

Objetivos:

Conhecer e analisar a formação e expansão portuguesa;

Analisar o contexto da conquista da América Portuguesa e o impacto da exploração colonial sobre as populações nativas;

Refletir sobre a construção do Brasil Império;

Confrontar historiadores acerca da abordagem sobre o contexto da colonização no Brasil;

Estimular a leitura crítica e a atualização quanto aos principais debates historiográficos do Brasil-Colônia e Brasil-Império.

Bibliografia básica

HOLANDA, S. B. (Org). **A época colonial**. Do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. (História geral da civilização brasileira)

LINHARES, M. Y. (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

SCHWATZ, S. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, R. **O diretório dos índios**. Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Edunb, 1997.

FLORENTINO, M. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre África e Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, J. L. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça do Rio de

Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GORENDER, J. **O escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

VAINFAS, R. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Ementa:

Constituição do sujeito surdo. A relação da história da surdez com a língua de sinais. Noções básicas da língua de sinais brasileira: espaço de sinalização, os elementos que constituem os sinais, noções sobre a estrutura e uso em contextos triviais de comunicação. Política de inclusão escolar e suas implicações para a educação de surdos: as adaptações curriculares e experiências educacionais bilíngües no Brasil e no Mundo.

Objetivos:

Propiciar o desenvolvimento das habilidades necessárias para a aquisição das LIBRAS, favorecendo e auxiliando a comunicação entre professores e alunos, no processo de desenvolvimento emocional, social, cognitivo e linguístico de crianças e adultos surdos;

Conhecer os aspectos básicos da estrutura da língua de sinais.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, E. O. C. de. **Leitura e surdez**. Um estudo com adultos não oralizados. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

BOTELHO, P. **Linguagem e letramento na educação dos surdos**. Ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GESUELI, M. Z.; KAUCHAKJE, S.; SILVA, I. R. **Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades**. São Paulo: Plexus, 2003.

Bibliografia Complementar:

FERNANDES, E. **Linguagem e Surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

LEVY, C. C. A. da C.; SIMONETTI, P. **O surdo em si maior**. São Paulo: Roça Editora, 1999.

LUCHESE, M. R. C. **Educação de pessoas surdas**. Experiências vividas, histórias narradas. São Paulo: Papyrus, 2003.

MARCHESE, Á. **Comunicação, linguagem e pensamento das crianças surdas**. IN: COLL, C.; 001.

FILOSOFIA

Ementa:

A disciplina analisa e problematiza as principais abordagens filosófico-epistemológicas que marcaram o pensamento ocidental e os processos de construção do conhecimento. Enfatiza as correntes epistemológicas da modernidade e da contemporaneidade e suas relações com a História. Discute o Racionalismo de Descartes, o empirismo de Bacon e o criticismo de Kant como epistemologias que fundamentam o conhecimento na modernidade. Também discute epistemologias contemporâneas como o pós-estruturalismo, pós-modernismo, filosofia da diferença e as implicações nos processos de produção do conhecimento em História.

Objetivos:

Analisar as principais abordagens filosófico-epistemológicas que marcaram o pensamento

ocidental e suas implicações na construção do conhecimento na contemporaneidade. Compreender o racionalismo, empirismo e criticismo, como teorias epistemológicas que influenciaram a maneira como se compreende o conhecimento histórico na atualidade. Entender as rupturas e descontinuidades provocadas pelas epistemologias contemporâneas nos processos de construção do conhecimento e sua relação com a história.

Bibliografia Básica:

BACON, F. **Novum Organum ou verdadeiras indicações a cerca da interpretação da natureza**. São Paulo: Nova Cultural, 1990. (Coleção os Pensadores)

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. Lisboa: Edições 70, 1993.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

Bibliografia Complementar:

MARCONDES, D. **Iniciação á história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

OLIVEIRA, M. A. **A filosofia na crise da modernidade**. São Paulo: Loyola, 1995.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

REALE, G. ANTISERI, D. **História da Filosofia: do humanismo a Kant**. São Paulo: Paulinas, 1990.

ROUANET, S. P. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

INTRODUÇÃO À METODOLOGIA CIENTÍFICA

Ementa:

Conceitos e concepções de ciência e de história. Conhecimento comum e conhecimento científico em história. A metodologia científica na história. Normas de elaboração de trabalhos acadêmicos. Produção científica de história na universidade. Elaboração de projetos de pesquisa em história.

Objetivos:

Capacitar o aluno para a compreensão dos mecanismos técnicos e científicos no desenvolvimento da pesquisa em história e demais trabalhos acadêmicos, com base nas Normas Brasileiras de Redação da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Bibliografia básica:

CARDOSO, C. F. **Uma introdução à História**. São Paulo: Ed. Brasil, 1988.

BARROS, J. A. **O projeto de pesquisa em História**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1992.

Bibliografia complementar:

MENDONÇA, N. D. **O uso dos conceitos: uma questão de interdisciplinaridade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia complementar:

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru SP: Edusc, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724 Informação e documentação: trabalhos acadêmicos, apresentação. Rio de Janeiro, 2006.

NETO, J. A. M. **Metodologia científica na era da informática**. SP: Saraiva, 2002.

HISTORIA MEDIEVAL**Ementa**

O (pré) conceito de idade média. Mundo medieval: demografia. Estruturas econômicas. Estruturas Políticas. Estruturas sociais. Estruturas culturais. Estruturas mentais. Estruturas religiosas. O cotidiano. Literatura.

Objetivos:

Instrumentalizar o futuro profissional da História para que possa tangenciar os conceitos prioritários referentes ao manejo e articulação dos conhecimentos inerentes à área de História Medieval, visando torná-lo apto para agregar em sala de aula o processo de organização do saber articulando a pesquisa, o ensino e sua aplicação.

Bibliografia básica:

LE GOFF, J. **A civilização do ocidente medieval**. São Paulo: EDUSC, 2006.

_____. **Para um novo conceito de idade média**. Portugal: Estampa, 2000.

FRANCO Jr., H. **As cruzadas: guerra santa entre oriente e ocidente**. São Paulo: Moderna, 2000.

Bibliografia complementar:

ELIADE, M. **Tratado de história das religiões**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

BLOCH, M. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Cia das Letras, 1980.

_____. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1975.

DELUMEAU, J. **A história do medo no ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

DUBY, G. **Senhores e camponeses**. Lisboa: Teorema, 1980

HISTÓRIA REGIONAL**Ementa:**

Caracterização geográfica da região Centro-Oeste, priorizando estudos sobre Mato Grosso do Sul. História, memória e poder. Confrontos entre índios e espanhóis. Minas de Cuiabá. As monções. Guerra do Paraguai. Coronelismo e banditismo. A economia do sul de Mato Grosso no final do século XIX e início do século XX: o gado e a erva-mate. A Ferrovia Noroeste do Brasil. Ocupação do espaço e imigração no século XX. O sul de Mato Grosso no contexto da Marcha para Oeste: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. A criação do estado de Mato Grosso do Sul. A prática de ensino e a importância da pesquisa sobre Mato Grosso do Sul no ensino fundamental e médio.

Objetivos:

Traçar um perfil das origens do povoamento e monções que atravessaram o Mato Grosso do Sul a partir da História do estado de Mato Grosso. Evidenciar a busca de riquezas e a defesa da fronteira contra o domínio espanhol como fatores do povoamento do interior do Brasil;

Subsidiar uma visão crítica sobre o desenvolvimento do estado do Mato Grosso do Sul com suas dificuldades, distância dos grandes centros, baixa densidade populacional, conflitos com os

indígenas, questões fundiárias, disputas pelo poder e posse pela da terra;
Enfatizar os estudos regionais na educação básica.

Bibliografia básica:

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado. Regionalismo e divisionismo no Sul de Mato Grosso.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. 2 v.
CORRÊA, L. S. **História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso (1870-1920).** Campo Grande: UCDB, 1999.
QUEIRÓZ, P. **Uma ferrovia entre dois mundos.** A E.F. Noroeste do Brasil e primeira metade do século XX. Bauru, SP: EDUSC; Campo Grande, MS: UFMS, 2004.

Bibliografia complementar:

BITTAR, M. **Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital.** Campo Grande: Ed. UFMS, 1999 (Col. Fontes Novas).
BIANCHINI, O. **A companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso: 1880 – 1940.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.
CORRÊA, V. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso.** 1889-1943. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.
FOWERAKER, J. **A luta pela terra: a economia política na fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais.** Trad. Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
LENHARO, A. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste.** Campinas: Unicamp, 1985.

HISTÓRIA DO BRASIL II

Ementa:

A crise do Império: transformações sociais, econômicas, políticas e culturais no Brasil do final do século XIX. A república de 1889 a 1930. A crise de 1929 e o movimento de 1930. O populismo-desenvolvimentista (1945-1964). A ditadura militar (1964- 1984). Atualização da questão nacional (1984-atual).

Objetivos:

Analisar a crise do 2º Império e suas contradições: escravismo, mão de obra livre e a conjuntura da Proclamação da República;
Verificar o transcurso da história republicana no Brasil, permeado por populismo, coronelismo, ditaduras civis e militares;
Estimular a leitura e atualização historiográfica;
Refletir acerca dos grandes temas da história brasileira recente;
Proporcionar elementos para que o acadêmico se posicione criticamente frente as informações veiculadas nos livros didáticos de ensino fundamental e médio.

Bibliografia básica:

FAUSTO, B. **História do Brasil.** 13ª ed. São Paulo: EDUSP, 2009.
LINHARES, M. (org). **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1996.
MOTA, C. **Viagem Incompleta.** A grande transação. (1500-2000). Formação: Histórias. São Paulo: Ed. Senac, 2000,

Bibliografia complementar:

- ALENCASTRO, L. (org.) **História da vida privada no Brasil e a prática parlamentar**: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CARVALHO, J. **A construção da ordem**: A elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- CASTRO, C. **A proclamação da República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. (Coleção descobrindo o Brasil).
- CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DORATIOTO, F. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HISTÓRIA DO BRASIL: POLÍTICA, REDEMOCRATIZAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

Ementa:

Abordagem sobre o debate acadêmico sobre o período contemporâneo brasileiro pós ditadura civil militar (1964-1985). Avanços e recuos no processo de redemocratização. Reorganização social e política. Cultura e sociedade. Movimentos sociais e perspectivas de pesquisas sobre a contemporaneidade brasileira.

Objetivo:

Analisar e compreender os (re) arranjos políticos pós ditadura civil militar, os avanços e retrocessos democráticos com após golpes políticos;
Conhecer os impactos e desdobramentos junto à população civil, decorrentes dos conturbados processos políticos bem como, evidenciar a atuação de novos grupos e movimentos sociais emergentes.

Bibliografia básica:

- CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol.4.
- FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**: da morte de Vargas aos nossos dias. São Paulo: Contexto, 2015.

Bibliografia complementar:

- CARVALHO, Jose Murilo. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- HOBBSBAWM, Eric. **Viva La revolución** – a era das utopias na América Latina. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- FREITAS, Marcos César; SOUZA, Laura de Mello e, (orgs.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003.
- RIDENTI, M. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2000.
- RODRIGUES, Marly. **A década de 80**. Quando a multidão voltou às ruas. São Paulo, Ática, 1992.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa

A Psicologia como ciência. Caracterização e importância da Psicologia da Educação e sua contribuição nos processos de ensino e aprendizagem. Adolescência: teorias do desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social do adolescente. Teorias de aprendizagem na adolescência: Diferenças Individuais e condições de aprendizagem. Motivação e avaliação da aprendizagem.

Objetivos

Compreender a Psicologia da Educação, como pressuposto básico para a formação docente e suas práticas pedagógicas a partir de uma leitura crítica do processo ensino aprendizagem.

Conhecer as principais teorias que tratam do desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social do adolescente.

Conhecer e refletir sobre teorias que tratam do desenvolvimento e da aprendizagem na adolescência e como a Psicologia da Educação contribui na compreensão desses processos.

Compreender a relação entre educação, desenvolvimento e aprendizagem no período da adolescência.

Bibliografia Básica

COLL, C.; PALÁCIOS, J.; MARQUESI, Á. (Orgs). **Psicologia da aprendizagem no Ensino Médio**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

CAMPOS, D. M. de S. **Psicologia da adolescência**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

NUNES, Ana I. B. L.; SILVEIRA, R. do N. **Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos**. 3ª ed. Brasília: Liber Livro, 2011.

Bibliografia complementar

CUNHA, Marcus Vinicius da. **Psicologia da Educação**. RJ: DP e A, 2000.

MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: EPU, 2003.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e Mestres: a nova cultura da aprendizagem**. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DIDÁTICA

Ementa:

A didática aplicada ao ensino de História e suas dimensões políticas e sociais.. O objeto da didática. Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da Didática. Planejamento de ensino. O ato educativo e as relações professor-aluno. A produção histórica e suas consequências para a educação no ensino fundamental e médio. O livro didático e sua relação com a produção histórica e demais ciências sociais. Aspectos teóricos, metodológicos e recursos didáticos.

Objetivos:

Compreender a importância da didática na organização do trabalho pedagógico do professor;
 Elaborar planos de aulas, planos de ensino, programas de disciplinas de história;
 Debater os principais problemas enfrentados pelos professores na sala de aula;
 Fornecer subsídios aos acadêmicos para avaliarem técnicas e materiais didáticos e utilizarem-se desses.

Bibliografia básica:

CANDAU, V. **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
 DIEHL, A. Antônio. **Apontamentos para uma didática da história**. Passo Fundo: Clio Livros, 2003.
 FONSECA, S. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas: Papirus, 2003.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Ensino de 5ª a 8ª série**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
 Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
 FONSECA, T. N. de L. **História e ensino de História**. Belo Horizonte: Atual, 2003.
 GADOTTI, M. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Ática, 1995.
 HAIDT, R. C. C. **Curso de didática geral**. São Paulo: Ática, 1995.

TEORIAS DA HISTÓRIA**Objetivos:**

Oferecer condições necessárias para o interessado discutir e compreender as questões enfrentadas nas teorias da história, considerando suas diferenças no tempo e espaço;
 Apresentar abordagens e discussões teóricas de cada “escola historiográfica” no recorte do objeto, nos procedimentos de pesquisa e na análise das fontes;
 Evidenciar a relação entre a teoria da história, o domínio dos conceitos e a prática docente.

Ementa:

Principais teorias da história produzidas a partir do século XVIII. Referenciais teóricos das correntes historiográficas: escola metódica, marxista, historicista, annaliste e micro-história. Abordagem de conceitos históricos como: temporalidade, duração, documento, monumento, arquivo, vestígio, memória, entre outros. Debates historiográficos na entrada do século XXI: representação, compreensão e condição histórica.

Bibliografia básica:

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **As correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. Tradução: Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro : FGV, 2012.
 MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo : Contexto, 2006.
 RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**. Brasília: UnB, 2001-2007, 3vols.

Bibliografia complementar:

BARROS, José A. **Teoria da história**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011-2014, 8 vols.
 LANGLOIS, C. H. V.; SEIGNOBOS, C. H. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Renascença, 1948.

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Trad: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte : Autêntica, 2008.

REIS, J. C. Teoria e história. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas : Unicamp, 2007.

HISTÓRIA MODERNA

Objetivos:

Discutir as mudanças de agir e pensar proporcionadas com os movimentos do Renascimento, da Reforma, da Contra reforma e a formação do Estado Moderno. Discutir a fundação e a amplitude dos Estados Absolutistas. Analisar a transição dos Estados Absolutistas para os Estados Nacionais, discutindo as ideias e as práticas que viabilizaram àquelas mudanças. Estudar a constituição e as características das sociedades modernas.

Ementa:

Conceito de História Moderna. Transição do Feudalismo para o Capitalismo. Renascimento. Reforma (protestante, calvinista e anglicana) e Contra reforma (católica). Conceito de Estado Absolutista e Estado-nação. Antigo Regime Europeu, nos séculos XVII e início do XVIII. Revolução Gloriosa na Inglaterra. Abordagens da História Moderna nos livros didáticos.

Bibliografia básica:

ANDERSON, P. Linhagens do estado absolutista. SP: Brasiliense, 1985.

DOBB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro : Editora Guanabara , 1987.

WEBER, Max. A ética protestante e o "espírito" do capitalismo. São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

Bibliografia complementar:

WOOD, E. M. A Origem do Capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. 2 vols. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1994.

BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. São Paulo : Martins Fontes, 2009.

CONTI, Flavio. Como reconhecer a arte do renascimento. Lisboa : Edições 70, 1986.

HILL, C. O mundo de ponta cabeça. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

HISTÓRIA DA AMÉRICA

Ementa:

Conquista e colonização nas Américas (Ibérica e Norte-Americana). Independência das colônias. Formação dos Estados Nacionais nas Américas. O processo de expansão do capitalismo na América. As principais experiências revolucionárias na América Latina. Produção acadêmica sobre pesquisa e ensino de História das Américas.

Objetivos:

Proporcionar ao aluno conhecimentos acerca da conquista e colonização das Américas (Ibérica e Norte Americana);

Evidenciar as diferenças e provocar a reflexão sobre as alteridades;

Possibilitar ao aluno subsídios para a compreensão da crise do sistema colonial e a consequente independência das colônias;

Estudar a formação dos Estados Nacionais e o desenvolvimento do capitalismo desigual nas Américas;
Discutir as principais experiências revolucionárias no século XX na América Latina;
Desenvolver o interesse dos alunos para a pesquisa voltada para o Ensino de História das Américas.

Bibliografia básica:

AYERBE, L. F. **A Revolução Cubana**. São Paulo: EDUSP, 2004. (Col. Revoluções do século XX)
DONGHI, T. H. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
PRADO, M. L. **A formação das nações latino-americanas**. São Paulo: Atual, 1994 (Coleção Discutindo a história).

Bibliografia complementar:

BETHEL, L. (Org.) **História da América Latina**. São Paulo: Eduz/Imprensa Oficial/Funga, vols. I, II e III, 1995.
EISENBERG, P. **A guerra civil americana**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
IANNI, O. **A formação do Estado Populista na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.
IOKOI, Zilda Márcia. **Lutas Sociais na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.
POMER, L.. **As independências na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Ementa:

Estudo dos acontecimentos, das estruturas e das conjunturas e socioeconômicas, ambientais, culturais e político-institucionais que caracterizaram as formas de desenvolvimento do mundo contemporâneo, bem como dos movimentos e processos revolucionários anticapitalistas. Análise das relações internacionais contemporâneas com ênfase na formação e desdobramento de blocos de poder nas tendências globais de economia e nos processos de construção dos Estados Nacionais na Ásia e na África.

Objetivos:

Analisar configurações culturais, científicas, econômicas, ambientais e políticas do mundo contemporâneo;
Compreender as principais relações do poder econômico e político que movem o processo histórico contemporâneo e contextualizar as diversas realidades internacionais e nacionais e locais;
Entender as consequências das práticas liberais e revolucionárias no mundo contemporâneo.
Articular o conteúdo com metodologias para o ensino de história contemporânea.

Bibliografia básica:

ARRUDA, J. J. de A. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Ática, 1994.
CROUZET, M. (org.). **História Geral das Civilizações**. São Paulo: Difel, 1977.
HOBSBAWM, E. **A era do capital (1778 – 1875)**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

Bibliografia complementar:

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Vol. 2 e 3.

CARR, E.H., **A Revolução Bolchevique 1917-1923**. Porto: Afrontamento, 1977.

FERRO, MARC. **A Revolução Russa de 1917**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.

HOBBSAWM, Eric. **Ecoss da Marselhesa** : dois séculos revêem a Revolução Francesa / Eric J. Hobsbawm ; tradução Maria Celia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Ementa

A relação entre História, Filosofia e Educação. Pressupostos filosóficos que fundamentam as concepções de educação. Pensamento pedagógico brasileiro na perspectiva histórica e filosófica nos diferentes períodos: período pré-colonial (educação indígena), Colonial, Monarquia e República (1889-aos dias atuais). Pensamento pós-colonial e Educação: outra perspectiva epistemológica sobre questões étnico-raciais e de gênero

Objetivos

Compreender a inter-relação entre História, Filosofia e Educação no processo educativo.

Apropriar-se das diferentes visões filosóficas da Educação brasileira.

Refletir sobre a importância da Filosofia e da História da educação para o exercício da prática pedagógica.

Conhecer a produção teórica pós-colonial e seus impactos sobre a prática pedagógica.

Bibliografia Básica

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Ática, 2006.

ROMANELI, O. O. **História da educação no Brasil**. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

VEIGA, C. G. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

Bibliografia Complementar

ARANHA, M. L. **Filosofia da educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.

OLIVEIRA, I. A. **Filosofia da educação: reflexões e debates**. Petrópolis: Vozes, 2006.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira**. 6. ed. São Paulo: ed. Moraes, 1986.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO - ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivos:

Desenvolver possibilidades para a docência com oficinas e projetos.

Incentivar a produção diferentes atividades (jogos, mapas, histórias em quadrinhos, charges, peças teatrais, fanzines, linha do tempo, metodologias para a leitura de espaços da memória, de

intersubjetividades, etc) para o ensino de História.

Planejar, organizar e executar experiências docentes formais ou alternativas para o ensino de história (além das atividades em escolas propomos também a interação com espaços comunitários através de projetos de ensino de história).

Ementa:

Produção do conhecimento na História e relações com as escolas de Ensino Fundamental. Programa e recursos didático-metodológicos para o ensino básico. Observação de experiências de ensino-aprendizagem. Análise, exame de práticas tradicionais, alternativas e produção de material didático-pedagógico a partir de recursos diversos sobre o ensino da História. Análise, exame de práticas tradicionais, alternativas e produção de material didático-pedagógico.

Bibliografia básica:

CAIMI, F. E. **Conversas e controvérsias: o ensino da história no Brasil (1980-1998)**. Passo Fundo: UPF, 2001.
CABRINI, C. (et all). **O ensino de história**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS. História. (5º a 8º). Brasília: MEC/SEF, 1998.
SILVA, M. A. (org.). **Repensando a História**. São Paulo: Marco Zero, 1985.

Bibliografia complementar:

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
CADERNOS CEDES / Centro de Estudos Educação e Sociedade. **Ensino de História: novos horizontes**. Campinas, SP, vol. 25, n. 67, 2005.
CUNHA, M. F. **Cantando o Brasil Pós 64**. In: Revista História e Ensino. Londrina: UEL, v. 2, 1996.
FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (cap. I)
HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo : Cia da Letras, 1998. (cap. 12)

HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL**Ementa:**

Panorama da história dos povos indígenas no Brasil e em Mato Grosso do Sul. A questão política e econômica acerca das terras e da mão-de-obra indígena no Brasil. A organização sociocultural das sociedades indígenas. A relação de dominação e a ação e reação dos índios aos impositivos do contato, conferindo-lhes o papel de agentes históricos.

Objetivos:

Reconhecer os processos históricos da história dos povos indígenas no Brasil e em Mato Grosso do Sul, buscando evidenciar os conflitos de interesses oriundos do contato;
Refletir sobre os condicionamentos históricos que promoveram a situação vivenciada pelos índios na atualidade;
Estimular o interesse dos alunos para a pesquisa sobre a temática indígena através de estudos interdisciplinares

Bibliografia básica:

CUNHA, M.C. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
MONTEIRO, J.M. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994
SILVA, A.L.; GRUPIONI, L. D. B. **A temática Indígena na Escola: Novos subsídios para**

professores de 1º. E 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

VASCONCELOS, C. A. **A Questão Indígena na Província de Mato Grosso**: Conflito, trama e continuidade. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1999.

PEREIRA, L. M. **Imagens Kaiowá do Sistema Social e seu entorno**. Tese (Doutoramento em Antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

Bibliografia complementar:

BRAND, A. J. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani**: os difíceis caminhos da palavra. 1997. (Doutorado em História) – Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 1997

CUNHA, M.C. **Os direitos do Índio**: ensaios e documentos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MELIÁ, B.; GRUMBERG, G.; GRUMBERG, F. **Etnografía Guaraní del Paraguay Contemporáneo**: Los Pai Tavyterã. Suplemento antropológico. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica, 1976.

OLIVEIRA, R. C. **Do índio ao bugre**: o processo de assimilação dos Terena. Rio de Janeiro: Francisco. Alves, 1976.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo: Pedagógica/USP, 1974.

HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Ementa:

História da África e dos africanos no Brasil. História dos afro-brasileiros. Economia e escravidão no Brasil. Cultura africana e afro-brasileira. Religiosidades afro-brasileiras. Resistências, lutas e conquistas contemporâneas. O negro em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. África e afro-brasileiros na educação.

Objetivos:

Conhecer básicos sobre a História da África e dos afrodescendentes no Brasil. Identificar as diferentes fases de construção e desconstrução da identidade negra no continente africano e no Brasil. Orientar quanto a abordagem do tema na sala de aula, bem como as possibilidades de pesquisas sobre a temática.

Bibliografia básica:

BRAZIL, M. C. **Fronteira negra**: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso: 1718-1888. Passo Fundo: UPF, 2002.

FLORENTINO, M. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre África e Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula**: visita a história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

Bibliografia complementar:

APPIAH, K. A. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Tradução Vera Ribeiro; revisão da tradução Fernando Rosa Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ALEIXO, L.H.G. **Vozes do silêncio**: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930). Cuiabá: EDUFMT, 1995.

KI-ZERBO, J. **História geral da África**: metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática, 1982.

LOPES, N. **Dicionário escolar afro-brasileiro**. São Paulo: Selo Negro, 2006.

MOURA, Z. A. **Cativo nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX**.

HISTORIOGRAFIA

Objetivos:

Estabelecer comparações entre os diversos historiadores que contribuíram na elaboração da História do Brasil, desvendando equívocos entre memória, história e o desejo de construção de uma identidade nacional. Confrontar as teorias da História do Brasil destacando ideias dos principais historiadores brasileiros e os diferentes contextos que as possibilitaram. Estudar os projetos políticos criados para o Brasil e veiculados na literatura historiográfica.

Ementa

Análise do processo de construção da história e historiografia brasileira, considerando as diferentes abordagens e perspectivas teórico-metodológicas. As Abordagens da História do Brasil de Varnhagen aos historiadores contemporâneos. A formação da Identidade do Brasil. Projetos políticos para o Brasil expressos na historiografia.

Bibliografia básica

FREITAS, M. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4º ed. São Paulo: Contexto, 2001.

IGLÉSIAS, F. *Os historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Belo Horizonte: IPEA, 2000.

REIS, J. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Belo Horizonte: Editora Getúlio Vargas, 1999.

Bibliografia complementar

CARDOSO, C.; VAINFAS, R.(Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DIEHL, A. (Org.). *A cultura historiográfica brasileira*. Passo Fundo, RS: UPF, 1999.

MOTA, C. (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

REIS, J. C. *As Identidades do Brasil 2: De Calmon a Bomfim*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FRAGOSO, J. L.; FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HISTÓRIA AMBIENTAL

Ementa:

A disciplina pretende incitar a discussão dos principais temas relacionados aos conceitos de natureza, ecologia, ambiente e preservação ambiental tratando-os enquanto objeto da história. O foco das discussões serão as transformações do imaginário ocidental com relação ao mundo natural e a história do pensamento e das práticas de transformação dos ambientes. Também as bases epistemológicas da história ambiental e a evolução e transformação e preservação dos diversos ecossistemas pelas sociedades humanas nos diferentes momentos históricos são interesses centrais da disciplina.

Objetivos:

Incitar a discussão dos principais temas relacionados aos conceitos de natureza, ecologia,

ambiente e preservação ambiental tratando-os enquanto objeto da história;
 Discutir as transformações do imaginário ocidental com relação ao mundo natural e a história do pensamento e das práticas de transformação dos ambientes;
 Analisar as bases epistemológicas da história ambiental e a evolução e transformação dos diversos ecossistemas pelas sociedades humanas nos diferentes momentos históricos.

Bibliografia Básica

DRUMMOND, J. A. **A história ambiental**: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.
 AB'SABER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
 CROSBY, Alfred W. **Imperialismo Ecológico**: a expansão biológica da Europa, 900 - 1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Bibliografia Complementar

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
 DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo**: A História e a Destruição da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
 DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
 LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios**: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: UnB/Paralelo 15, 1999.
 MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil**: Pesquisa e Ensino. São Paulo: Cortez, 2006.
 MARTINEZ, Paulo Henrique. **Brasil**: desafios para uma história ambiental. Revista Nômade 22, 2005.
 PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
 SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
 WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.
 WORSTER, Donald. **Transformações da terra**: para uma perspectiva agroecológica na história; Transformation of the land: towards an agroecological perspective in history. Ambiente & sociedade, vol.5 n.2, 2003.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO - ENSINO MÉDIO

Ementa:

Produção do conhecimento na História e relações com as escolas de ensino Médio. Programa e recursos didático-metodológicos para o ensino básico. Observação de experiências de ensino-aprendizagem. Análise, exame de práticas tradicionais, alternativas e produção de material didático-pedagógico a partir de recursos virtuais, sobre o ensino da História. Análise, exame de práticas tradicionais, alternativas e produção de material didático-pedagógico a partir de recursos virtuais, sobre o ensino da história das sociedades pré e pós-industrial para o nível médio. Análise, exame de práticas tradicionais, alternativas e produção de material didático-pedagógico a partir de recursos virtuais, sobre o ensino das especificidades da história da sociedade brasileira no contexto das Américas e do mundo moderno e contemporâneo para o nível médio.

Objetivos

Rediscutir categorias fundamentais para a prática do licenciado em História relacionadas ao ensino

e aos conteúdos propostos no ensino médio;

Estudar bibliografias que sirvam de suporte para as reflexões dos acadêmicos nas atividades do ensino de História;

Desenvolver metodologias de ensino que possibilitem uma visão crítica dos conteúdos propostos no ensino médio.

Bibliografia básica:

ABREU, M.; SOIHET, R. (org.). História e cidadania: por que ensinar história hoje? In: **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

KARNAL, L. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

NIKITIUK, S. (org.) **Repensando o Ensino de História**, 3ª ed. São Paulo, Cortez. 2001.

Bibliografia complementar

BITTENCOURT, C. (org.) **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 2ª ed. São Paulo: Contexto; 1998.

FÁVERO, M. L. **Universidade e Estágio Curricular: Subsídios para Discussão**. In ALVES, Nilda (org.) **Formação de Professores: Pensar e Fazer**; 5ª ed. São Paulo: Cortez. 1999.

FERREIRA, M. **Como usar música em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002.

FONSECA, S. G. **Caminhos da História Ensinada**. São Paulo: Papirus, 1995.

MARCONDES, B. et all. **Como usar outras linguagens em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002.

EDUCAÇÃO ESPECIAL: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Ementa:

Educação Especial: aspectos históricos e filosóficos. Conceito de deficiência e educação inclusiva. Legislação e políticas públicas de acessibilidade e inclusão. Formação docente e Práticas pedagógicas para alunos com deficiência na sala comum. Atendimento Educacional Especializado - AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais – SRM.

Objetivo:

Construir uma compreensão histórica e filosófica da Educação Especial.

Identificar os movimentos, documentos internacionais e nacionais e as políticas públicas de acessibilidade e inclusão.

Analisar o processo pedagógico na educação especial, seus referenciais curriculares e tensões em relação à educação regular.

Conhecer práticas pedagógicas para atendimento na sala comum e para o atendimento educacional especializado, por meio da sala de recursos multifuncionais para os diversos tipos de deficiências.

Bibliografia Básica

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

ERES, C. C.; LANCILLOTTI, S. S. P. **Educação especial em foco: questões contemporâneas**. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MATO GROSSO DO SUL. DELIBERAÇÃO CEE/MS Nº 9367, DE 27 DE SETEMBRO DE 2010. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado na educação básica, modalidade educação especial, no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

SOUZA, O. S. H. **Itinerários da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas**. Canoas: ULBRA; Porto Alegre: AGE, 2008.

DIREITOS HUMANOS E AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

Ementa:

Principais conceitos usados nos estudos dos Direitos Humanos. Políticas públicas de educação em direitos humanos aplicadas aos diferentes espaços educativos para a difusão de uma cultura de justiça, paz e tolerância e para a formação de sujeitos de direitos. Desigualdades étnico-raciais e sociais e as ações afirmativas para diferentes populações: campo, indígena, quilombola, jovens e adultos. Educação e meio ambiente. As relações entre gênero, raça, etnia e classe social na escola e as concepções presentes nos currículos, livros didáticos e práticas pedagógicas. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais a partir da Lei 10.639/03 e 11.645/08 e o combate a todas as formas de discriminação.

Objetivos

Refletir sobre os princípios pedagógicos e metodológicos que norteiam uma educação voltada aos Direitos Humanos nos diferentes temas e espaços educativos.

Identificar as principais concepções que embasam as relações sociais, étnico-raciais e de gênero na escola, com o meio ambiente e o processo educativo dos corpos e dos sentidos.

Discutir as relações entre gênero, raça, etnia e classe social e seus aspectos culturais.

Orientar práticas pedagógicas de combate a todas as formas de discriminação e violência desde a infância.

Bibliografia Básica:

CANDAU, V. (Org). **Somos todos iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOMES, N. L. (Org). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC; Unesco, 2012.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. Brasília, DF: MEC, 2001.

Bibliografia complementar

AQUINO, J. G. (org.) **Sexualidade na Escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos / MEC, 2003.

_____. **Orientações e Ações Para a Educação das Relações Etnicorraciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CANDAU, V.; SACAVINO, S. **Educar em Direitos Humanos construir democracia**. DP&A. Rio de Janeiro, 2000.

LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD/ LACED/Museu Nacional, 2006.

Práticas de Ensino em História

Ementa

Elementos teórico-práticos para o exercício da docência; ensino de história e cotidiano escolar; fundamentos e métodos no ensino de história; a história nas atuais propostas curriculares; materiais didáticos, fontes históricas e tecnologias de informação e comunicação (TICs) no ensino de história; atuação acadêmica no conjunto das atividades escolares e elaboração do projeto de ensino contendo análise diagnóstica e propositiva.

Objetivos

Proporcionar o domínio dos principais elementos teórico-práticos para o ensino de história, que contribuam para aperfeiçoamento das habilidades e competências para o exercício da docência na Educação Básica.

Identificar e problematizar as diversas questões metodológicas e pedagógicas do ensino de história, discutindo-as de forma articulada a partir dos resultados de pesquisa do campo da História.

Conhecer e identificar as atuais propostas curriculares para o ensino de história, considerando as inovações na legislação e nas tecnologias sociais.

Aprimorar a formação teórica, metodológica e prática no ensino de história visando a constituição de saberes necessários à docência em sala de aula a partir do domínio de conhecimentos específicos do campo da história.

Valorizar os diferentes usos das fontes históricas materiais didáticos e tecnológicas de informação e comunicação para o ensino de história.

Elaborar um projeto de ensino propositivo contendo análise diagnóstica a partir da observação em sala de aula.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (org.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra / FAPERJ, 2003.

DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal**. Trad. Fernando Sheibe. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

Bibliografia complementar

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro, Mauad, 2007.

SOUSA, Ana et alii (org.). **Novas estratégias, novos recursos no ensino de história**. Lisboa: Asa, 1993.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **Tempos fraturados. Cultura e sociedade no século XX**. São Paulo: Cia. das Letras, 2013

SILVA, Mozart Linhares da (org.). **Novas tecnologias – educação e sociedade na era da**

informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1998. SOUSA, Ana et alii (org.). Novas estratégias, novos recursos no ensino de história. Lisboa: Asa, 199

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA E GESTÃO EDUCACIONAL

Ementa

Política Educacional: Conceito, objetivos e finalidades. Constituição de 1988 e Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional. Sistema de Ensino Brasileiro, e Educação básica: Ensino Fundamental, Ensino Médio. Políticas de: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação a Distância, Educação do Campo, Educação Indígena e Educação Escolar Quilombola. Financiamento da Educação. Políticas de avaliação. Concepções de Gestão Escolar: Técnico-Científica e Sócio- Crítica. Princípios e Fundamentos da Gestão Escolar democrática. Organização e gestão escolar. Gestão Escolar no Sistema Público de Ensino.

Objetivos

Compreender os conceitos básicos da política educacional;
Analisar criticamente as políticas educacionais a partir da constituição de 1988;
Compreender as principais leis e as políticas para a educação básica no Brasil;
Conhecer a organização do ensino nacional postuladas por estas leis;
Conhecer as políticas de financiamento e avaliação do sistema;
Conhecer e apropriar-se dos Princípios e Fundamentos da Gestão Democrática;
Descrever e analisar as funções e atribuições dos gestores escolares.

Bibliografia básica

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública.** São Paulo: Autores Associados, 2001.
LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI M. S. **Educação Escolar:** políticas, estruturas e organização 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
OLIVEIRA, R. P. de; ADRIÃO, T. (Orgs). **Gestão, financiamento e direito à educação:** análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2002.

Bibliografia complementar

OLIVEIRA, R. P. de; ADRIÃO, T. **Organização do ensino no Brasil:** níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002.
VALENTE, I.; ARELARO, L. **Educação e Políticas Públicas.** São Paulo, SP: Xamã Editora, 2002.
PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública.** 3 ed. São Paulo: Ática, 2001.
_____, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino.** São Paulo: Ática, 2007.
ZIBAS, D. M. L.; AGUIAR, M. A. da S.; BUENO, M. S. S. (Orgs). **O ensino médio e a reforma da educação básica.** Brasília: Plano, 2003.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

HISTÓRIA POLÍTICA

Ementa:

Temas, abordagens e métodos da história política. Relação público e privado nas sociedades latino americanas. Representatividade e ideologias. Eleições e democracia.

Objetivos:

Compreender que a política reflete o nível das forças econômicas de uma sociedade. Refletir a partir de elementos historiográficos, teóricos e metodológicos a problemática da história política. Elaborar ferramentas teórico-metodológicas necessárias à investigação histórica de temas da história política visando aprofundar a compreensão da Política como Relações de Poder.

Bibliografia Básica:

BASTOS, Elide Rugai e RÊGO, Walquíria D. Leão. **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho d'água, 1999.
BERSTEIN, Serge. "A cultura política". In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**. Razões e significados de uma distinção política, trad. São Paulo: Unesp, 1995.

Bibliografia Complementar:

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: Edusc, 1999.
CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**, 3ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**, Rio de Janeiro:
FOUCAULT, Michel. **Ética, estratégia, poder-saber**, trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2003.

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Objetivos:

Identificar a constituição das estratégias em torno do masculino e feminino em diversos tipos de fontes: jornais, revistas, discurso médico, literário, histórico, sociológico, entre outros. Discutir o uso da categoria relações de gênero na pesquisa histórica.

Estudar temas específicos das pesquisas sobre relações de gênero, tais como violência, direitos reprodutivos, masculinidades, movimento feminista, mídia, entre outros.

Ementa:

Projeto Pedagógico do Curso de História

Refletir sobre as relações de gênero e de poder na construção de subjetividades e discursos que permeiam as relações sociais na História. Estudos interdisciplinares dos discursos, histórica, social e culturalmente constituídos, sobre as diferenças sexuais nos estudos de gênero. Discutir temáticas como política, sexualidade, saúde, direitos reprodutivos, trabalho, família, gerações, etnia/raça, violência doméstica, literatura, masculinidades, classe, comunicação, homossexualidade, identidades, subjetividades e sentimentos.

Bibliografia Básica

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo**. Corpo e Gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

PEDRO, Joana M. Traduzindo o Debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**. São Paulo : UNESP, v. 24, n. 1, 2005, p. 77-98.

Bibliografia Complementar

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1,, 1o semestre de 1993, p. 7-31.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana M; GROSSI, Miriam P. (org.). **Masculino Feminino Plural**. Florianópolis : Editora Mulheres, 1998, p. 21-41.

WALLERSTEIN, Valeska. Feminismo como pensamento da diferença. In: **Labrys** (online), n. 5, jan.- jul., 2004.

FRIEDAN, Betty. O problema sem nome. In: **Mística Feminina**. Petrópolis : Vozes, 1971. p. 17-31.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (orgs.) **Dicionário da crítica feminista**. Porto: Afrontamento, 2005, p. 87-88.